



Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.01@adabr.com.br



Três tenores e um anjo torto

Um evento importante para a política será realizado, hoje, para discutir a crise brasileira, com a participação dos ex-presidentes José Sarney, Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer, no qual o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Nelson Jobim fará uma abertura sobre a crise institucional que estamos atravessando, com mediação do ex-governador fluminense Moreira Franco. O seminário “Um novo rumo para o Brasil” é promovido pelas fundações do MDB, PSDB, DEM e Cidadania, e contará ainda com os presidentes dos respectivos partidos — o deputado federal Baleia Rossi (SP), o ex-ministro das Cidades Bruno Araújo, o ex-prefeito de Salvador ACM Neto e o ex-senador Roberto Freire, respectivamente.

O evento estava sendo organizado havia meses, para começar em 8 de setembro, mas o ex-presidente Michel Temer, premonitoriamente, sugeriu que fosse adiado por uma semana, não apenas por causa do feriado do 7 de setembro, mas porque temia que, no Dia da Independência, algum fato relevante ocorresse, como acabou acontecendo, exigindo certa decantação para que o evento não se transformasse numa operação de apagar incêndio. Ou seja, que deixasse de discutir saídas para a crise política que o país atravessa e o choque entre Poderes. Acabou que foi exatamente isso o que ocorreu no dia 8 de setembro, uma operação para conter as chamas dos discursos incendiários de Bolsonaro, que provocaram um locaute de caminhoneiros e que asombrou os agentes econômicos e aliados do governo.

O título da coluna, obviamente, é uma analogia, porque Sarney, Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer nem de longe têm a potência de voz dos três tenores aos quais se remete: Plácido Domingo, José Carreras e Luciano Pavarotti, que cantaram juntos, em concertos, durante a década de 1990 e no início da década de 2000. A primeira performance do trio ocorreu nas Termas de Caracala, em Roma, Itália, em 7 de julho de 1990 — no encerramento da Copa do Mundo de Futebol de 1990. Zubin Mehta conduziu a Orquestra Maggio Musicale Fiorentino e a Orquestra do Teatro da Ópera de Roma.

“Há muita experiência nesse grupo, que acompanhou a trajetória política do Brasil desde o golpe que destituiu João Goulart, em 1964, até a recente confusão armada por Bolsonaro”

Potência de voz no sentido figurado, porque são vozes influentes ainda hoje na política brasileira. Sarney virou um oráculo de muitos senadores influentes; FHC é o único que pode juntar os cacôs do PSDB e continua sendo a referência política do grupo de economistas que salvou o país da hiperinflação; finalmente, Temer renasceu das cinzas, sendo o único interlocutor do presidente Jair Bolsonaro no mundo da alta política — os demais são operadores do baixo clero. O ex-ministro Nelson Jobim dispensa apresentação: é um personagem importante na calibragem das propostas que podem surgir do evento, porque foi ministro da Justiça de Fernando Henrique, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e ministro da Defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, além de personagem muito importante na elaboração da Constituição de 1988.

O anjo torto

Do time de presidentes de partidos, Roberto Freire (Cidadania) é o único que participou da Constituinte. Viveu todos os momentos da transição à democracia, desde sua eleição a deputado federal em 1978. Baleia Rossi (MDB), Bruno Araújo (PSDB) e ACM Neto (DEM) pertencem à nova geração que comanda o Congresso. No seminário, formarão uma espécie de backing vocal. Na música, muita gente subestima o coro que dá sustentação aos tenores e outros solistas, mas é preciso muita habilidade para desempenhar esse papel. É necessário percepção e habilidades que são desenvolvidas com estudos. Ter um ouvido bem apurado e prestar bastante atenção para não “entrar” na voz principal.

O encontro será transmitido ao vivo pelas redes sociais, a partir das 18h30, o primeiro da série de oito debates programáticos (economia, meio ambiente, saúde, educação, segurança, diversidade, relações exteriores), com grandes especialistas, na tentativa de formular uma agenda nova para o país, entre as quais uma saída sustentável para a crise econômica. Há muita experiência vivida nesse grupo, que acompanhou a trajetória política do Brasil desde o golpe que destituiu o presidente João Goulart, em 1964, até a confusão armada por Bolsonaro, na semana passada.

Para resumir a linha de pensamento vitoriosa nesse processo, há dois eixos: a defesa da democracia e a conciliação política. Mas ninguém se iluda: todos nesse grupo foram capazes de tomar decisões firmes em momentos difíceis e liderar rupturas. Por isso mesmo, não se deve esperar um debate monocórdico, um coro perfeito. Quem será o anjo torto?

PODER

Presidente do Senado devolve medida — também suspensa por ministra do STF — que favorecia a disseminação de desinformação. Bolsonaro diz que mentir faz parte da vida

Pacheco e Rosa dão fim à MP das fake news

» MARIA EDUARDA CARDIM
» INGRID SOARES

O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), devolveu, ontem, a Medida Provisória (MP) 1.068, que altera o Marco Civil da Internet e tornava mais rígida a exclusão de perfis nas redes sociais e a remoção de conteúdos publicados na internet. A devolução ao Palácio do Planalto foi solicitada por alguns parlamentares, que argumentam inconstitucionalidade do texto e por, indiretamente, favorecer perfis bolsonaristas que promovem desinformações e disseminam fake news. A derrota do Palácio do Planalto, aliás, foi dupla, pois, também ontem, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber decidiu suspender a eficácia da medida.

No documento encaminhado ao presidente Jair Bolsonaro, Pacheco explicou que recusou e devolveu a MP porque considera que gera insegurança jurídica “ao promover alterações inopinadas ao Marco Civil da Internet, com prazo exíguo para adaptação e com previsão de imediata responsabilização pela inobservância de suas disposições”.

Além disso, Pacheco afirmou que a MP — que foi publicada no dia anterior às manifestações promovidas pelo presidente, no 7 de Setembro — configura um “abalo” no desempenho das funções do Congresso. Citou também que o texto impacta diretamente o processo eleitoral, pois a dificuldade de retirar de circulação um texto mentiroso ou desinformativo poderia trazer prejuízos para uma candidatura eventualmente atingida.

“A mera tramitação da medida provisória já constitui fator de abalo ao desempenho do mister constitucional do Congresso Nacional”, diz um dos trechos do documento, lido por Pacheco no plenário do Senado, que, como presidente da Mesa do Congresso, tem o poder de devolver uma MP e anular os efeitos quando identificada inconstitucionalidade de conteúdo.

Já a decisão da ministra Rosa Weber contra a MP embute uma solicitação ao presidente do STF, Luiz Fux, para que convoque uma sessão virtual extraordinária a fim de que a Corte referende sua decisão. O colegiado deve analisar a determinação da magistrada entre amanhã e sexta-feira.

Mais cedo, antes da MP ter sido tornada nula, o presidente Jair Bolsonaro a defendeu em cerimônia no Palácio do Planalto, afirmando que “fake news faz parte da nossa vida”. E com-

Jefferson Rudy/Agência Senado



Senador leu a devolução da MP em plenário e lembrou que seu teor teria o condão de influenciar nas eleições

Um mestre da linguagem direta

Pernambucano de Surubim, Abelardo Barbosa (1917-1988) foi um mestre na comunicação direta com o público. Apresentador de programas populares, e anárquicos, na Globo, na Tupi e na Bandeirantes, “Chacrinha” mexeu com as estruturas da tevê ao oferecer uma diversão voltada para as classes C e D, mas assimilada e aceita pelos estratos A e B da sociedade. O apresentador deixou bordões repetidos até hoje, como “Quem não se comunica, se trumbica” e “Eu vim para confundir, não para explicar”.

rou a publicação de inverdades na web e nas redes sociais a “mentir para a namorada”.

“A internet é um sucesso. Lembrando da Rede Globo e de Chacrinha: ‘Quem não se comunica se trumbica’. Agora, tem que comunicar bem. Se comunicar mal, não tem futuro. Fake news faz parte da nossa vida. Quem nunca contou uma mentirinha para a namorada? Se não contasse, a noite não ia acabar bem. Eu nunca menti para a dona Michelle”, disse, rindo.

Bolsonaro defendeu que a re-

gulamentação da internet não é algo necessário. “Não precisamos regularizar isso aí. Deixemos o povo à vontade. Obviamente, quando se vai para pedofilia e outras coisas mais, aí não tem cabimento. Isso não é fake news, isso é crime. E as comunicações representam a liberdade. Muitas vezes erramos. Quem nunca errou, não é?, no palavreado? Às vezes, custa caro para a gente, mas é melhor viver assim com a imprensa em liberdade do que não ter liberdade. Realmente não tem fronteira nas comunicações”, informou.

» Prêmio por avanço na comunicação

Em cerimônia ontem, o governo federal distribuiu o Prêmio Marechal Rondon de Comunicações a mais de 50 pessoas — quase todas elas do Poder Executivo ou ligadas a ele. Entre os agraciados estavam o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), a primeira-dama Michele Bolsonaro e o próprio presidente Jair Bolsonaro, que foi destaque ao receber maior condecoração, um troféu dourado — os demais eram de prata. Vários ministros receberam a premiação, assim como o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), o da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), e o do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). Segundo o ministro das Comunicações, Fábio Faria, o prêmio é um reconhecimento a quem contribui com o avanço das telecomunicações no Brasil.

Projeto muda Lei da Ficha Limpa

O Senado aprovou, na noite de ontem, um projeto de lei que autoriza a candidatura de políticos que tiveram as contas rejeitadas na administração pública e foram punidos apenas com multa. A proposta segue para sanção presidencial. Se a mudança for chancelada pelo presidente Jair Bolsonaro, a proibição valerá apenas para casos mais graves, como quando há desvios de recursos públicos. “O projeto termina separando o joio do trigo”, disse o relator da proposta, Marcelo Castro (MDB-PI). De acordo com o senador, ficarão livres da inelegibilidade por oito anos aqueles gestores, como prefeitos, que tiveram as contas rejeitadas apenas por atos formais, por exemplo, a falta de um documento relacionado a uma despesa, sem prejuízo ao erário público.



Precisamos encontrar uma saída que possa proteger os políticos de boa-fé, mas que não deixe lastro para aqueles de má-fé se aproveitarem dessas brechas.”

Soraya Thronicke (PSL-MS)
senadora

De acordo com a proposta, se a rejeição das contas envolve atos de desvios, enriquecimento ilícito ou dano aos cofres públicos, o político continuará sem poder se candidatar. “Não podemos condenar à morte política, porque são oito anos de inelegibilidade, todos nós sabemos como é dura a vida de um político, simplesmente porque

houve um erro formal”, disse Marcelo Castro.

A Lei da Ficha Limpa determina inelegibilidade para políticos que tiverem as contas rejeitadas por irregularidade insanável e configure ato doloso de improbidade administrativa e por decisão irrecorrível. O projeto aprovado pelos congressistas deixa claro que a pena dada não

se aplica a quem “tenha tido suas contas julgadas irregulares, sem imputação de débito, e sancionados exclusivamente com o pagamento de multa.”

Apesar de a mudança blindar apenas políticos que sofreram sanções mais leves dos tribunais de contas e dos legislativos, o projeto foi alvo de críticas por alterar a Lei da Ficha Limpa, aprovada após uma iniciativa popular.

Uma das ressalvas é a possibilidade de a mudança na lei liberar a candidatura de quem omite a prestação de contas. Os senadores rejeitaram uma emenda que tentava deixar isso mais claro. “Precisamos encontrar uma saída que possa proteger os políticos de boa-fé, mas que não deixe lastro para aqueles de má-fé se aproveitarem dessas brechas”, alertou a senadora Soraya Thronicke (PSL-MS).